

A. I. Nº - 099344.0011/02-4
AUTUADO - JAPM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
AUTUANTE - MILTON SECONDINO DO NASCIMENTO
ORIGEM - INFAZ ALAGOINHAS
INTERNET - 28/05/2003

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0175-03/03

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. FALTA DE INFORMAÇÃO NA DME. MULTA DE 10%. Nos períodos abrangidos no lançamento não havia a previsão legal de multa pelo descumprimento desta obrigação acessória Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração de 30/12/2002, exige multa de R\$ 2.244,93 em decorrência da entrada no estabelecimento, de mercadoria (s) sujeitas (s) a tributação sem o devido registro na escrita fiscal.

O autuado ingressa com defesa, fls. 26 a 27 e parte do princípio de que a autuação foi equivocada pois, sendo uma empresa de pequeno porte, somente com a alteração nº 38 do RICMS/BA, Decreto nº 8.413 de 30/12/02, DOE de 31/12/02, com efeitos a partir de 01/01/03, foi inserido o inciso XII-A ao Art. 915, do RPAF/97. Lembra que a lei não retroage e que este dispositivo estabelece a multa de 5% do valor comercial das mercadorias entradas no estabelecimento durante o exercício, que não tiver sido informado na DME. Pede a improcedência do Auto de Infração.

O autuante presta informação fiscal, fls. 30 a 31, mantém o Auto de Infração baseado no art. 42, inciso IX da Lei nº 7.014/96.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado em decorrência da falta de registro de entradas de mercadorias na DME, cujas notas fiscais foram captadas pelo CFAMT, fls.09 a 21 dos autos, relativos aos exercícios de 1997 e de 1999.

Verifico que o autuado está enquadrado como empresa de pequeno porte, e deste modo, somente a partir de 01/01/03, é que a falta de informação na DME, das mercadorias entradas no estabelecimento foi tipificada como infração à legislação do ICMS, quando foi acrescentado ao Art. 42 da Lei nº 7.014/96, o inciso XII-A, pela Lei nº 8.534, de 13/12/2002, DOE de 14 e 15/12/02, como segue:

Art. 42 - ...;

.....

XII – A - 5% do valor comercial das mercadorias entradas no estabelecimento durante o exercício, quando não tiver informado na Declaração do Movimento Econômico de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (DME).

Portanto, como o fato gerador da infração é relativo aos exercícios de 1997 e de 1999, períodos em que não havia a previsão legal de multa específica para a irregularidade apontada, entendo que não procede o Auto de Infração, pois desde o início de sua atividade, o autuado estava inscrito na condição de microempresa.

Pelo exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 099344.0011/02-4, lavrado contra **JAPM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 21 de maio de 2003

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR